

***Bullying no contexto educacional da Paraíba*: a violência escolar sob o enfoque da educação popular**

Suênia Tavares da Silva¹, Ivonaldo Neres Leite²

Resumo

Este artigo objetiva analisar a ocorrência de violência entre pares (*bullying*), envolvendo estudantes, sob a perspectiva da educação popular. O contexto do estudo é o município de Marcação, no estado da Paraíba. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, tendo sido feita uma revisão da literatura e um estudo com representantes de duas escolas do referido município. O material empírico foi obtido mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, e o escrutínio ocorreu por meio da técnica de análise temática. Entre os resultados alcançados, foi possível perceber a inépcia das autoridades escolares no que se refere à intimidação entre pares, apesar de ser um fenômeno que ocorre frequentemente nas instituições de ensino e de existirem diversos materiais disponibilizados acerca da temática. Verificou-se, também, uma banalização do *bullying* e a naturalização dos comportamentos violentos entre os alunos. Conclusivamente, é assinalado, por exemplo, que a dialogicidade da educação popular pode ser um importante dispositivo para abordar o *bullying* no cotidiano escolar e superar a cultura da violência.

Palavras-chave

Violência. Escola. *Bullying*. Educação popular.

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Brasil; bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas. E-mail: sueniatavares11@gmail.com.

² Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal; estágio pós-doutoral na Universidad de la República, Uruguai; professor da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Brasil. E-mail: ivonaldo.leite@gmail.com.

Bullying in the educational context of the State of Paraíba, Brazil: school violence according to an analysis of popular education

Suênia Tavares da Silva³, Ivonaldo Neres Leite⁴

Abstract

This article aims to analyze the occurrence of peer violence (bullying) involving students, according to the perspective of Popular Education. The context of the study is the municipality of Marcação, in the State of Paraíba, Brazil. From a methodological point of view, this is qualitative research of exploratory nature, having carried out a literature review and a study with representatives from two schools in the aforementioned municipality. The empirical material was obtained through semi-structured interviews, and its scrutiny occurred according to the application of the thematic analysis technique. Among the results achieved, it was possible to perceive the ineptitude of school authorities about peer intimidation, despite being a phenomenon that frequently occurs in educational institutions and that there are several materials available about it. There was also a trivialization of bullying and the naturalization of violent behavior among students. Conclusively, it is pointed out, for example, that the dialogicity of Popular Education can be an important device to address bullying in everyday school life and overcome the culture of violence.

Keywords

Violence. School. Bullying. Popular education.

³ Undergraduated degree student in Pedagogy, Federal University of Paraíba, Campus IV, State of Paraíba, Brazil; scholarship holder of the Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (PIBIC); member of the Study and Research Group on Education, Society and Cultures. E-mail: sueniatavares11@gmail.com.

⁴ PhD in Educational Sciences, University of Porto, Portugal; postdoctoral internship at the Universidad de la República, Uruguay; professor at the Federal University of Paraíba, Campus IV, State of Paraíba, Brazil. E-mail: ivonaldo.leite@gmail.com.

Educação popular, violência e *bullying*: contextualização

Movimento com princípios pautados na luta das camadas populares por justiça e conscientização desde a década de 1960, a educação popular (EP) tem buscado inserir as massas em diversas áreas da sociedade em que predominam os setores mais privilegiados, bem como promover a superação do autoritarismo político e das desigualdades sociais. É importante ressaltar que,

Ao contrário do que tipologias costumam apontar aqui e ali, a educação popular não é uma variante ou um desdobramento da educação de adultos. Frente a um modelo de origem europeia, internacionalizado como paradigma legítimo de trabalho com as classes populares através da educação e, finalmente, rotinizado como instituição de trabalho pedagógico consagrado, a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular (BRANDÃO, 2006, p. 75).

Rodrigues (1999), ao tratar do conceito de EP, defende que a denominação mais próxima ao discutir esse movimento seria a de educação sociotransformadora, e evidencia que a distinção da EP se daria, primordialmente, na proposta e na práxis dela, que são voltadas para a transformação social e do Estado. Souza (2006), assumindo-a enquanto teoria da educação, acredita que a educação popular possibilita uma diversidade de experiências educativas, tanto de natureza escolar como não-escolar. Assim:

O educador, quando estimula os/as educandos/as à leitura de mundo e consequentemente da palavra, provoca ampliação de horizontes, impactando positivamente não só no sentido de lograr maiores conquistas no meio escolar, mas também na vida pessoal e social. Cria também a possibilidade de despertar o sujeito para intervir na própria realidade, compreender problemas e pensar em soluções com e para o mundo (LIMA; SANTOS; LEITE, 2021, p. 86).

Na perspectiva de construção da conscientização e da mudança da realidade, a EP assume um caráter amplo, podendo subsidiar discussões em torno de problemáticas diversas. Melo Neto (1999) destaca que, como um sistema educativo aberto, a EP tem por característica a atenção a novos aspectos da realidade, além de abranger aspectos físicos e emocionais dos indivíduos envolvidos no processo educativo. Ademais, ao tratar a EP na contemporaneidade, “o diálogo e o conflito são constitutivos do processo de aprendizagem, que deve se pautar e

construir valores éticos, democráticos e emancipatórios” (BRANDÃO; ASSUMPÇÃO, 2009, p. 97).

De acordo com os autores citados, no âmbito da escola, a EP tem almejado estreitar os laços entre a instituição e as comunidades do entorno, consolidar gestões democráticas e desenvolver o protagonismo de jovens e crianças. Desse modo:

o diálogo, o debate e os valores democráticos são admitidos como contrapontos ao uso de violência na resolução de problemas e conflitos intersubjetivos na escola, cumpre lembrar que parte dessa compreensão deve-se à contribuição da educação popular: ao longo de sua história, ela ofereceu modelos educacionais predominantemente inclusivos (ANDRADE, 2004, p. 12).

Em relação à violência, a discussão em torno da temática tem ocupado setores diversos da sociedade, principalmente por ser um fenômeno multifacetado com implicações a curto, médio e longo prazo que impactam uma pluralidade de indivíduos. Em uma perspectiva histórica, a atual estrutura social estabeleceu-se a partir do conflito, da força e de violências diversas. Desse modo, a cultura de violência não tem origem na contemporaneidade, mas se perpetua de modo ainda mais preocupante conforme valores de convivência e coesão social vão se desgastando e tornando-se irrelevantes.

Na medida em que aumenta a incidência das diversas manifestações de violência, torna-se cada vez mais comum naturalizar o fenômeno, banalizando-o até que passe a ser percebido como normal (SALLES *et al.*, 2014, p. 149). Carvalho e Barroco (2021) acreditam que, dentre as preocupações que alicerçam os estudos da violência, está o envolvimento de jovens e crianças em situações hostis e as participações deles acontecem não apenas como vítimas, mas como autores do ato violento. Rizzini e Limongi (2016) apontam que indivíduos jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social⁵ e habitantes do meio popular, encontram-se mais suscetíveis às consequências da violência, uma vez que os impactos podem perdurar e influenciar em aspectos da vida adulta, como empregabilidade e educação. As autoras supracitadas apontam que, em decorrência da violência que permeia os contextos de vida deles, crianças e jovens deparam-se com limitações, como, por exemplo, necessidade de faltar à escola em determinadas situações pelo sentimento de insegurança.

⁵ Entendemos por vulnerabilidade social a situação de risco pessoal, social ou ambiental relacionada às vivências negativas que reforçam disfunções de natureza física, social ou emocional, como, por exemplo, uso abusivo de drogas, violência, dentre outros fenômenos que resultam em consequências nocivas aos sujeitos inseridos nessa condição (PRATI *et al.*, 2009).

Em decorrência da violência no ambiente escolar, a percepção dos estudantes acerca da escola tem se deteriorado, uma vez que a representação dela oscila entre um ambiente seguro de aprendizagem e um ambiente hostil permeado por agressões, exclusão e discriminação (ABRAMOVAY, 2002, p. 75). Pode-se dizer que

a violência não se reduz àqueles atos violentos visíveis aos nossos olhos, como também se esconde em ações silenciadoras, discriminadoras, de desrespeito e de humilhação, nem sempre reconhecidas como violentas. No entanto, deixam marcas e influenciam no desenvolvimento da individualidade de cada um dos sujeitos, seja como vítimas ou como agentes e praticantes (MATTOS; COELHO, 2011, p. 198).

Charlot (2002), ao tratar das violências que ocorrem em ambiente escolar, as delimitou em violência da escola, de natureza institucional e simbólica; violência contra a escola, cometida contra a instituição e os representantes dela; e violência na escola, que ocorre em âmbito escolar, mas que não possui relação com as atividades da instituição. Ristum (2001) verificou, nos estudos dele, que a violência na escola, especificamente a cometida entre pares, supera todas as demais categorias de violência escolar, gerando especial preocupação entre a comunidade escolar quando caracteriza intimidação sistemática (*bullying*), que pode ser considerada como a violência física ou psicológica que ocorre de modo intencional e repetitivo com evidente desequilíbrio de poder entre os envolvidos. Diferencia-se, a título de exemplo, da indisciplina, considerada por Sebastião (2009) como um fenômeno sócio-organizacional e psicossocial, que se caracteriza pelo descumprimento parcial ou total dos parâmetros comportamentais exigidos pelas regras escolares. Nesse sentido, pode-se pensar no *bullying* como

[...] uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão. A vitimização ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de uma outra mais poderosa. Tanto o *bullying* como a vitimização têm conseqüências negativas imediatas e tardias sobre todos os envolvidos: agressores, vítimas e observadores (CRAIG; HAREL, 2004 *apud* LOPES NETO, 2005, p. 165).

Para Zaine *et al.* (2010), comportamentos de *bullying* de natureza verbal, como xingamentos e insultos tendem, em parte significativa dos casos, a serem assumidos como brincadeiras, isto é, não são encarados como potencialmente danosos, mesmo que resultem em situações de agressão física ou em constrangimento para as vítimas. Em paralelo, crianças e adolescentes não conseguem encontrar na escola um ambiente acolhedor que possa lhes ofertar

o devido suporte em casos de *bullying*. Os representantes das instituições de ensino estão despreparados para lidar com a situação ou, por vezes, assumem posturas omissas diante de comportamentos de violência entre pares (ZEQUINÃO *et al.*, 2016). Ainda, quando confrontadas com situações de violência entre pares, as escolas, respaldadas por parte significativa da sociedade, adotam medidas punitivas e disciplinares como enfrentamento e prevenção de situações violentas.

Parece que ante a nova realidade do alunado, caracterizada por uma maior diversidade, insubordinação e inclusive agressividade, uma resposta frequente é a de fortalecer - mesmo em detrimento dos próprios conteúdos escolares ou dos métodos pedagógicos considerados mais adequados - mecanismos de imposição de controle e de ordem (SALLES *et al.*, 2014, p. 150).

As autoras referidas apontam, também, um outro cenário em que as instituições de ensino passam a adotar uma postura permissiva, em que quaisquer posicionamentos que denotem autoridade, seja a colocação de limites ou a delimitação de parâmetros, são percebidos como autoritários e ameaças à autonomia do aluno. Freire (1996), no entanto, ressalta que a licenciosidade, isto é, a falta de regras, equipara-se ao autoritarismo como ruptura do equilíbrio entre autoridade e liberdade.

Na tentativa de encontrar possíveis fatores que expliquem a inserção de crianças e adolescentes em situações hostis entre pares, Ribolla e Fiamenghi Júnior (2007) apontam que os jovens estão construindo as identidades deles conforme modelos de conduta pautados em valores invertidos, que desprezam a solidariedade, estimulam a violência e possuem pouco apreço pela autoridade e responsabilidade. Consequentemente, cada vez mais adolescentes e crianças com comportamentos imediatistas, individualistas e egoístas chegam às instituições de ensino, e a escola, enquanto reflexo da sociedade, reproduz relações sociais marcadas por preconceitos e suas formas de comunicação violenta (SILVA *et al.*, 2017).

Diante de tal quadro, a EP, de acordo com a perspectiva de Sales (1999), poderia desempenhar – principalmente em contextos populares – o papel de formar sujeitos com saberes e força para atuarem na luta em prol da valorização de contribuições na sociedade, seja em aspectos econômicos, culturais ou políticos. Trata-se, pois, de uma ferramenta socio-pedagógica útil ao enfrentamento da transformação do indivíduo em mercadoria, bem como pertinente à tarefa de combater o quadro de opressão ao qual são submetidas as classes populares.

Ademais, partindo de um princípio dialógico, a EP ofertaria importantes subsídios no que se refere ao enfrentamento da violência escolar e pode, inclusive, servir como ponto de partida para a utilização de abordagens restaurativas, como a comunicação não-violenta (PELIZZOLI, 2012), um recurso na mediação de conflitos educacionais e sociais que tem, no diálogo, um meio fundamental para promover vivências pacíficas e comunicações assertivas, de modo que seu uso pode facilitar novas abordagens na realidade do educando, bem como diminuir a cultura de violência (SANTOS, 2018).

Bullying no contexto escolar da Paraíba: achados de pesquisa e análise sob a perspectiva da educação popular

Estudos apontam que o estado da Paraíba se aproxima em muitos aspectos do atual cenário nacional no que se refere à violência escolar. A título de exemplo, podemos apontar que a ocorrência de violência não se limita apenas a regiões urbanas, alcançando instituições de ensino da Capital, do Brejo, do Agreste e do Sertão. Ademais, as pesquisas realizadas enfatizam a falta de políticas públicas e de investimentos no ensino público como fator base para as ações violentas nas escolas paraibanas, bem como a influência das relações familiares na perpetração de comportamentos violentos que se manifestam em ambiente escolar (ANDRADE, 2004).

A pesquisa que subsidiou este artigo teve como fundamento metodológico os princípios da pesquisa qualitativa de natureza exploratória e o foco estava voltado ao panorama da violência entre pares no município de Marcação, em Pernambuco. Realizou-se a revisão da literatura e, posteriormente, deu-se início à investigação empírica nas escolas por meio da aplicação de duas entrevistas semiestruturadas com atores escolares que autorizaram a divulgação de suas falas.

No que se refere ao perfil dos entrevistados, a primeira ocupa a função de gestora escolar (Entrevistada 1) e o segundo atua como professor no Ensino Fundamental e Médio (Entrevistado 2). O tratamento do material se deu pela Análise Temática, que se configura como um “método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos” (SOUZA, 2019).

Situada no Vale do Mamanguape, Pernambuco, a cidade de Marcação está localizada a cerca de 66 km da capital do estado, João Pessoa, e possui mais de 7.600 habitantes, a maioria indígenas do povo Potiguara, que se distribuem entre o distrito sede e as aldeias Brejinho, Camurupim, Tramataia, Jacaré de César, Jacaré de São Domingos, Estiva Velha, Grupiúna,

Caieira, Lagoa Grande, Ybykuara, Val, Carneira, Os Cândia, Coqueirinho e Três Rios. O município tem apresentado, historicamente, uma taxa de 97,8% referente à escolarização entre os 6 e 14 anos de idade e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,529 (IBGE, 2010). O campo empírico da pesquisa abrangeu duas instituições públicas de ensino: a escola 1, da rede estadual e situada na zona rural, e a escola 2, inserida na rede municipal e situada na zona urbana.

De acordo com os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas nas instituições de ensino que subsidiaram a pesquisa, conforme a narrativa dos entrevistados, foi possível perceber a predominância do *bullying* direto. Esse tipo de violência ocorre, principalmente, em sua forma verbal, por meio de xingamentos, apelidos pejorativos de natureza racista e críticas, com o intuito de depreciar a diversidade dos corpos. A partir do discurso do entrevistado 2, foi evidenciado que a agressão verbal costuma ser assumida como brincadeira.

No Brasil, a gente vê muitas piadas de gordo, de magro, de negro, e muitas vezes o povo leva na brincadeira, ri, mas só quem sente na pele é que sofre (Entrevistado 2).

Eu acho que o que afeta mesmo é ter a pele escura, ser gordinho ou ‘magrelo’ demais... Então, o pessoal fica com essa ‘resenha’ com a pessoa. Essa questão do *bullying* não é de hoje, na verdade, só que antigamente não tinha essa palavra. As pessoas brincavam com mais inocência; hoje, não, hoje, afeta a pessoa. E hoje, se você chamar a pessoa disso ou aquilo, a imprensa já está em cima (Entrevistado 2).

No que se refere à intimidação entre pares, os dados apontam maior incidência de ataques verbais, manifestados por meio de discursos depreciativos em relação ao outro. Acerca desses resultados, Gomes e Sanzovo (2013) explicam que, diferente da agressão física que, por expor a vulnerabilidade da vítima, gera maior constrangimento e, conseqüentemente, menos relatos, o *bullying* verbal é mais fácil de relatar, uma vez que é assumido, em grande parte dos casos, como brincadeiras de mau gosto.

Ainda de acordo com os resultados referentes aos tipos de *bullying*, foi possível perceber a frequente vinculação do fenômeno às brincadeiras comuns aos jovens, contudo, é importante atentar que a delimitação do fenômeno da intimidação entre pares possui critérios precisos, que envolvem comportamentos intencionalmente nocivos e ocorridos de forma reiterada por um determinado período de tempo, com evidente desequilíbrio de poder entre os envolvidos (RISTUM, 2010, p. 96).

Portanto, como apontado por Zequinão *et al.* (2016), insultos, xingamentos, apelidos, dentre outras formas de expressar desprezo e humilhar terceiros por meio de palavras, de modo repetitivo, caracterizam *bullying* direto de natureza verbal. Seria interessante, nesse sentido, maior reflexão em torno dos significados de brincadeiras em que nem todos os envolvidos se divertem.

Em relação ao gênero dos envolvidos em situações de intimidação entre pares, a entrevistada 1 acredita que os meninos tendem a assumir o papel de agressor, enquanto as meninas costumam ser vitimizadas com maior frequência. O entrevistado 2, por sua vez, acredita que a violência ocorre igualmente e independe do gênero.

Segundo o que eu vejo, sempre é mais para o lado do menino. As meninas são mais vítimas, não só em vivenciar, mas em reportar, a gente sempre nota que sempre acontece mais com meninas (Entrevistada 1).

No geral, acho que cinquenta por cento para cada lado. É igualmente, eu acho que não muda tanto. (Entrevistado 2).

Os resultados obtidos evidenciam diferentes perspectivas em relação ao gênero mais envolvido em problemáticas relacionadas ao *bullying*, no entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados, foi evidenciada maior participação masculina no que se refere ao papel do agressor e feminina enquanto vítima. Boulton e Underwood (*apud* Bandeira e Hutz, 2012) apontam que, no geral, meninos tendem a agredir meninos e meninas, enquanto as meninas agredem, majoritariamente, outras meninas. Gomes e Sanzovo (2013) apontam que meninos estão mais vulneráveis à exposição em casos de *bullying* do que as meninas, seja como agressores ou vítimas.

Para Ristum (2010), existe ainda uma diferença no tipo de violência entre pares que predomina em relação a cada gênero, isto é, meninos costumam envolver-se em situações de *bullying* direto por agressões e ataques verbais, enquanto as meninas inclinam-se para o *bullying* indireto, que se dá por ataques morais e psicológicos. Em uma análise do *bullying* praticado por meninas, Guimarães (2018) explica que a delimitação dos tipos de *bullying* de acordo com o gênero relaciona-se às questões sócio-históricas diretamente ligadas ao patriarcalismo, pois, à medida em que se espera e se naturaliza o comportamento agressivo dos meninos, exige-se das meninas condutas dóceis. Nesse sentido, cabe-nos considerar se a participação de meninos é, de fato, maior que a das meninas, uma vez que as escolas tendem a apresentar dificuldades para mapear casos de violência indireta.

No que se refere à frequência dos casos de *bullying*, os relatos apontam para a baixa incidência de ocorrências de intimidação entre pares nas instituições pesquisadas. Segundo a entrevistada 1, os casos que chegam ao conhecimento dela são de natureza leve e de fácil resolução. O entrevistado 2, por sua vez, afirmou que nunca chegou a ouvir uma narrativa de *bullying* e atribui o fato à baixa incidência e ao senso de comunidade, ao mesmo tempo em que revela ocorrerem situações de violência entre pares com uma dada periodicidade, mas que os alunos optam por relevar.

O *bullying* aqui na escola não é muito frequente, claro que existe, mas não com muita frequência. É uma coisa aqui, outra ali, mas é coisa simples. Não chega ao extremo de os pais serem convidados na escola diariamente (Entrevistada 1).

Nunca uma criança chegou a falar disso comigo. Como aqui na aldeia todo mundo se conhece, tem esse fator que ajuda bastante, porque as crianças não levam tão a sério, nesse sentido de ver como *bullying*. É diferente de se estar numa cidade ou numa escola em que as pessoas não se conhecem: porque, às vezes, você faz uma brincadeira de mal gosto e a pessoa comenta com o professor, com o diretor (Entrevistado 2).

Não sei se já chegaram casos que extrapolaram até a violência para a direção da escola, mas como eu não trabalho com crianças, já é com aquela parte maiorzinha, comigo nunca aconteceu. Mas isso não é distante, pode acontecer aqui, porque, de vez em quando, tem criança discutindo umas com as outras, mas faz parte do crescimento da criança mesmo (Entrevistado 2).

Apesar de ambos os entrevistados relatarem pouca frequência de casos de *bullying*, é importante ressaltar que, comumente, ocorrem duas situações que podem comprometer o mapeamento do real cenário da violência entre pares nas escolas: o fenômeno pode passar despercebido pelos adultos responsáveis ou, se percebido, pode ser banalizado ou naturalizado. A esse respeito, Ristum (2010) denuncia que, pela frequência com que acontecem situações de violência entre pares, integrantes do corpo escolar e até as vítimas de *bullying* passam a ter uma visão equivocada do fenômeno como algo natural à idade escolar ou à condição de criança ou jovem. A autora ainda ressalta que “esse processo de banalização gradativa desfaz a importância que se dá ao acontecimento e, paralelamente, proporciona a sua intensificação e o aparecimento de formas mais elaboradas e graves de *bullying*” (RISTUM, 2010, p. 108).

Abordar a violência a partir da EP implicaria romper a postura de banalização da realidade, logo, caberia à escola encontrar meios e alternativas para enfrentar os conflitos escolares com a devida seriedade, objetivando a participação dos envolvidos de modo a fazê-los se reconhecerem como capazes de problematizar as próprias ações, perspectivas de mundo

e pensamentos, ao passo em que constroem novos conhecimentos nesse processo (CADAU; SACAVINO, 2018).

Ao tratar os motivadores da violência entre pares, a entrevistada 1 defende que o individualismo presente na sociedade é um dos principais fatores causais desse fenômeno, destacando, ainda, a influência negativa de famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômica e a falta de políticas públicas que possam auxiliar a escola e os representantes delas no enfrentamento e na prevenção das práticas violentas entre estudantes. O entrevistado 2, em seu relato, manifestou que o *bullying* ocorre, principalmente, por questões relacionadas ao racismo e aos preconceitos referentes às minorias sociais.

Eu creio que a sociedade em que vivemos hoje é uma sociedade egoísta. Nós precisamos nos dar as mãos. Às vezes, acontece por falta de conhecimento, estrutura familiar também conta. A maioria dos casos acontece naquelas famílias que não têm o conhecimento, não têm boa renda financeira. [...] E no mais, das políticas públicas, porque as políticas públicas têm força maior e poderiam nos ajudar de uma forma maior, ou seja, de certa forma, nós deveríamos poder contar com esse apoio e nem sempre nós temos isso (Entrevistada 1).

A gente sabe que a questão do *bullying* não é de hoje, não apareceu hoje, muitos sofreram por questão de *bullying*, não é uma coisa recente, infelizmente, acontece em todos os setores, principalmente no Brasil e para quem é negro, quem é indígena, essas classes sofrem muito com essa questão do *bullying* (Entrevistado 2).

Ainda no que se refere aos fatores que influenciam em situações de *bullying*, relatos do entrevistado 2 apontam que a percepção da violência enquanto brincadeira fomenta comportamentos de agressão verbal, e ressaltam o papel dos valores negativos comuns à sociedade contemporânea como propulsores da violência entre pares.

Muitas vezes, a pessoa leva na brincadeira, mas que, no fundo, tem um pouquinho de verdade. Muitas vezes, a pessoa não tem coragem de falar o que acha de verdade do seu colega. Hoje, até que a gente vê um pouco mais na mídia, mas a gente sabe que não é normal. Muitos ainda falam sem perceber que vai fazer o outro sofrer. O porquê disso, eu acho que está impregnado na sociedade, muito do que a sociedade passa, nem sempre é verdade (Entrevistado 2).

De acordo com os resultados obtidos, os motivadores do *bullying* podem ser: individualismo, preconceitos, influência familiar e socioeconômica, falta de políticas públicas, valores negativos comuns à sociedade contemporânea e banalização da violência. Tais fatores estão coerentes com a literatura, no entanto, os problemas enumerados não estão diretamente

relacionados à escola, nesse sentido, poder-se-ia pensar que a instituição responsável por possibilitar a convivência pacífica em sociedade e garantir a ordem social (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010) estaria isentando-se de responsabilidades relacionadas ao seu público.

A partir dessa perspectiva, Gomes e Sanzovo (2013) evidenciam que a escola, além de ser o ambiente mais propício para a prática do *bullying*, também pode assumir o papel de responsável pelo fenômeno em algumas situações, como, a título de exemplo, salas de aula superlotadas, despreparo dos representantes escolares, professores que adotam práticas tradicionalistas e autoritárias de ensino, falta de acolhimento para os alunos que apresentam dificuldades na vida particular, omissão de professores e alunos diante de práticas de *bullying*, lacunas no relacionamento entre escola e família, e falta de ações de enfrentamento ao *bullying* promovidas pela escola.

Acerca das complicações oriundas do envolvimento de jovens e crianças em situações de agressão entre pares, a entrevistada 1 acredita que os implicados terão as próprias vidas afetadas de modo nocivo, enquanto o entrevistado 2 assinalou que os personagens inseridos em episódios de *bullying* podem sofrer consequências, como depressão e suicídio, defendendo a importância do apoio da família no processo de enfrentamento, bem como do fortalecimento psíquico e comportamental das vítimas. O entrevistado 2 acredita, ainda, que os casos de violência entre pares podem ocorrer inocentemente, sem que o agressor tenha a intenção de ferir, contudo, as vítimas ainda serão afligidas posteriormente. Reiterou que a situação pode ocasionar silenciamento por constrangimento do sujeito que sofreu a ação violenta.

Minha análise é a seguinte: é algo que acontece e impacta, todo mundo sabe disso, que causa um impacto na vida do indivíduo que passa por essa situação (Entrevistada 1).

A gente vê nas escolas crianças entrando em depressão por causa do *bullying*. Claro que tem uns com a mente mais aberta e não levam tão em conta, tão a sério, mas sabemos que muitos levam a sério e muitas vezes tiram até a própria vida, entram em depressão se não tiverem a família próxima, isso conta muito, afeta muito o ser humano. (Entrevistado 2).

De vez em quando, a gente vê casos de *bullying* e mesmo na inocência pode afetar o próximo e isso, na frente, o outro, vai sofrer. Às vezes, sofre calado, fica em casa sem querer sair, se prende para a sociedade, então, o *bullying* faz com que a pessoa sofra, muitas vezes, calada, com vergonha de falar (Entrevistado 2).

No que se refere às implicações da vivência entre pares de natureza violenta, os dados obtidos apontam para problemáticas psicossociais que irão afetar a vida da vítima e, como

exemplos, foram citados a depressão, o suicídio, o sofrimento e o constrangimento. Tais percepções estão de acordo com a perspectiva de Gomes e Sanzovo (2013), que defendem que jovens que foram vitimados por situações de *bullying* na infância ou adolescência podem, na vida adulta, serem acometidos pela ansiedade, insegurança, depressão e agressividade. Além disso, ser vítima de *bullying* ainda é um fator de risco para o desenvolvimento de problemas psiquiátricos de naturezas diversas, como pânico, anorexia, depressão, psicoses, dentre outros.

No entanto, estudos apontam que, além das vítimas, outros personagens também enfrentarão as consequências da participação no processo de violência entre pares. Balogh (2022) afirma que, em se tratando de parte significativa dos agressores, as trajetórias de vida deles são permeadas pela violência e, na busca por vingança, acabam por vitimar terceiros. A autora ainda defende que os cuidados prestados à vítima devem se estender ao agressor, uma vez que a punição ou exclusão desse sujeito pode resultar em consequências ainda mais danosas.

Uma perspectiva que chama a atenção nesse sentido é a trazida por Boyadjian e Salomón (2020) ao tratarem da teoria da rotulagem – formulada por Becker (2008) –, que afirma que os sujeitos, ao serem rotulados, assumem os rótulos que lhe são atribuídos por terceiros e passam a transgredir as normas em razão da reação dos outros sobre esse comportamento.

Para Mejía (2006), a EP, além de buscar seus próprios saberes, os trabalha de modo complementar às visões de mundo daqueles que respeitam a diversidade ao intervirem na sociedade. Nesse sentido, a escola tradicional, pensada pelas classes dominantes, vai em desencontro a uma educação plural e popular, uma vez que:

As culturas dominantes em nossas sociedades tendem a considerar uma única referência cultural como válida e desejável. Tendem a homogeneizar comportamentos, saberes e práticas a partir de um único modelo cultural que pretende ser a expressão do comum, do adequado, do aceitável, tal como expressado nas políticas públicas em vigor. No entanto, dentro desse “comum” se expressam as características de um grupo social hegemônico determinado: branco, de classe média, masculino, cristão, heterossexual (CANDAU; SACAVINO, 2018, p. 9).

Enquanto os preconceitos acentuados pela cultura hegemônica permearem as instituições de ensino nas quais se inserem as camadas populares, dificilmente os sujeitos perceberão suas próprias potencialidades, bem como o valor dos outros, de modo que a violência na escola e na sociedade continuará impedindo que grupos discriminados e marginalizados possam se reconhecer como atores da própria vida e atuar ativamente na sociedade de modo a transformá-la (CANDAU; SACAVINO, 2018).

No que se refere às medidas adotadas pelas instituições de ensino que visassem promover soluções às problemáticas relacionadas ao *bullying*, os encaminhamentos apresentaram similaridades e divergências. A entrevistada 1 apontou que a escola buscou promover diálogos entre a comunidade escolar por meio da realização de palestras com especialistas e relatos de experiências de vítimas que conseguiram superar episódios de violência entre pares. Ainda em seu relato, apontou que, ao se depararem com casos de *bullying*, o tratamento da situação se dava pelo acolhimento à vítima, seguido do acompanhamento dela ao psicólogo da comunidade e o estabelecimento de contato com as famílias dos envolvidos. O entrevistado 2, por sua vez, relatou que, ao serem confrontados com problemáticas de caráter violento, os docentes estabelecem um diálogo com os envolvidos e repassam o caso para a gestão escolar que, por sua vez, entra em contato com os familiares e o conselho tutelar.

Recentemente, nós fizemos uma palestra aqui na escola, foi muito proveitosa, os alunos colaboraram muito, foram convidadas pessoas especializadas, convidamos a psicóloga do município, vieram também pessoas de apoio para nos dar esse suporte e foi muito produtivo, enfim, a gente buscou também pessoas que relataram passar por esse problema e que houve uma superação, essa pessoa se disponibilizou a vir (Entrevistada 1).

A questão do acolhimento, a princípio. Mas é raro, se acontece, temos que fazer o acolhimento e passar adiante para conversar com o psicólogo. Tem o contato com a família, lógico (Entrevistada 1).

Acho que, para que a gente possa diminuir o *bullying*, quando um professor, uma mãe, um tio, um avô, quando um colega vir que uma pessoa chama o outro dessas coisas tem que pedir para cortar relação logo. Se você rir, se você achar engraçado, aí sim você está ajudando a aumentar o *bullying* na sociedade, no dia a dia. Quando você ri do outro, você está o alimentando para que a criança possa soltar mais uma brincadeira que às vezes o outro não gosta, mas a gente ri. Então, quanto antes cortar essa relação, melhor (Entrevistado 2).

Quando tem esse caso aqui, a gente passa para a direção. O professor conversa também, mas geralmente a gente passa para a direção e eles conversam, conversam com os pais, vem o conselho tutelar também (Entrevistado 2).

As medidas de enfrentamento ao *bullying* promovidas pelas escolas nas quais os entrevistados atuam possuem caráter tradicional, isto é, são promovidas discussões por meio de palestras e conversas entre docentes e alunos e, em último caso, recomenda-se o rompimento de relações entre os colegas. Ademais, quando confrontados com situações de *bullying*, ambas as instituições promovem o acolhimento da vítima e a punição ao agressor. Em contrapartida, “o tratamento do *bullying* demanda, prioritariamente, ações e programas preventivos (chamados de antibullying) desenvolvidos e direcionados especificamente para cada

estabelecimento de ensino, atendendo às particularidades de sua comunidade escolar (ou seja, todos os envolvidos direta ou indiretamente no fenômeno)” (GOMES; SANZOVO, 2013, p. 22).

No que concerne às ações de órgãos públicos e medidas que possam auxiliar a escola, os representantes dela e a comunidade em questões referentes à violência escolar, ambos os entrevistados apontaram para a necessidade de melhorias nesse aspecto. O entrevistado 2 salientou a falta de programas que possam ajudar no enfrentamento do problema, enquanto a entrevistada 1, apesar de citar um projeto da Secretaria da Ação Social do município, destacou a necessidade urgente de investimentos e a carência de capacitação dos profissionais da educação.

Eu acho que os órgãos públicos poderiam disponibilizar mais profissionais na área para capacitar melhor. Aqui no nosso município já existe um projeto pela Secretaria da Ação Social. Mas eu penso que se precisa investir mais para que capacitem os profissionais da educação para saber lidar melhor com a situação (Entrevistada 1).

A sociedade tem uma participação muito grande nisso, porque deveria haver programas que ajudassem (Entrevistado 2).

A respeito da capacitação dos profissionais e das ações promovidas pelo município, os resultados apontaram para a insatisfação dos entrevistados em relação ao cenário no qual se encontravam quanto ao preparo para lidar com situações de *bullying*. Assim, é importante frisar as deficiências da formação docente, no sentido de preparar os futuros profissionais para situações que são realidade nas instituições de ensino brasileiras, sobretudo problemáticas que podem afetar a qualidade da educação e o futuro de crianças e jovens. Como assegura Gomes e Sanzovo (2013), o fenômeno *bullying* não está restrito ao ambiente escolar. Pelo contrário, o sujeito que apresenta condutas agressivas sistematicamente na escola, ou o indivíduo que desenvolve traumas por situações vividas no cotidiano escolar, poderá levar esses comportamentos para a vida em sociedade, prejudicando tanto os outros quanto a si mesmo.

A escola pública tradicional, burocratizada e unificada rompe os princípios da escola pública popular, isto é, uma escola da comunidade, em que as decisões, as ações e a resolução de conflitos relacionados à escola sejam assumidas pela comunidade escolar, resgatando a autonomia da instituição (GADOTTI, 2003). Comumente, em se tratando dos conflitos em ambiente escolar, busca-se intervenções de outras instituições e órgãos públicos, de modo que a escola adota uma postura punitiva ao invés da problematização e da construção coletiva de

resoluções pacíficas, reforçando a “cultura de culpabilização” do agressor ao invés de considerar todos os envolvidos no processo de enfrentamento (KAPPEL *et al.*, 2014).

Para Andrade (2004), as propostas de enfrentamento ao fenômeno da violência, ou seja, abordagens não-violentas e a construção de convivências significativas, coincidem diretamente com as propostas educacionais da Escola Cidadã, fruto da EP. Trata-se do uso de ações e procedimentos pedagógicos para a produção de uma cultura de paz nos ambientes educacionais marcados pelos conflitos, possibilitando, desse modo, “enfrentar a violência na escola a partir da própria escola” (ANDRADE, 2004, p. 10).

Nesse sentido, Brandão (2006) assinala que a EP visa, primordialmente, ressignificar o ato educativo a partir das camadas populares e da mudança na organização social ao utilizar princípios humanistas, de forma a refletir acerca das medidas de combate e prevenção a conflitos, principalmente nas escolas dos meios populares, pensadas a partir de ações punitivas e não dialógicas, e que, se observarmos as crescentes nos números de casos de violência escolar, não têm produzido resultados positivos ou mesmo de contenção de danos.

Pensar a problemática da violência escolar a partir da EP é possível, principalmente, por se tratar de uma posição político-pedagógica que pode estar presente em situações educativas formais ou não formais por meio de sua natureza dialógica e emancipadora (SILVA; CRUZ; FALCÃO, 2019). Assim,

Nesse contexto dialogal, admitir a violência como objeto de análise, discussão e aprendizado de valores, condutas e formas de conviver não-violentos só reforça a proximidade entre a escola cidadã e as alternativas à violência, já que se baseiam em idêntico pressuposto, o da possibilidade de tratar educacionalmente todos os fenômenos humanos (a violência, inclusive), a fim de garantir ainda mais humanização (ANDRADE, 2004, p. 11).

Mejía (2015) reforça que a base da EP se constitui, primordialmente, na manifestação dela mediante processos sociais e educativos formais e informais, que possibilitam o desenvolvimento de propostas pedagógicas diversas e reafirmam o caráter dialógico e de interlocução de saberes dela, de modo a viabilizar a aquisição de conhecimento e, portanto, poder. A dialogicidade da EP tem como princípio, portanto, oportunizar ao educando a utilização da comunicação como ferramenta de aprendizagem, de modo a possibilitar a organização horizontal do ensino e unificar experiências educacionais às culturais (BRANDÃO; ASSUMPCÃO, 2009).

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, objetivou-se analisar o quadro da ocorrência de *bullying* em escolas municipais e estaduais da rede pública de Marcação-PB, a partir da perspectiva da EP. Desse modo, foram apresentados os resultados referentes aos tipos de *bullying*, ao gênero dos envolvidos em situações de violência entre pares, à frequência das ocorrências de *bullying*, às causas e consequências, às condutas adotadas pelas escolas no enfrentamento ao fenômeno, bem como a percepção dos entrevistados sobre ações e formações que podem favorecer à comunidade escolar no combate ao *bullying*.

A partir do que foi discorrido, foi possível perceber que a violência passou, de modo geral, a ser compreendida como inerente ao ambiente escolar, sendo atribuída a comportamentos comuns aos jovens. Por ser tão discutido e, por vezes, a partir de perspectivas equivocadas, o fenômeno *bullying* passou a ser visto como um tema sem grande relevância, sendo-lhe dada a devida atenção apenas na ocorrência de grandes tragédias, repercutidas nos meios midiáticos.

A banalização do *bullying* atualmente possui inúmeras consequências que influenciam diretamente na qualidade da educação brasileira. Ademais, destaca-se o despreparo dos profissionais da educação para lidarem ou mesmo conversarem acerca do *bullying*. Notou-se, na realização da pesquisa, a falta de domínio a respeito do tema e a relutância em discorrer acerca de determinadas questões, o que nos leva a refletir a respeito da forma como o diálogo sobre a violência entre pares está sendo realizada com os estudantes ou mesmo se há, de fato, esse diálogo.

De todo modo, ao não enfrentarem o fenômeno devidamente, os agentes escolares perpetuam práticas que acentuam ainda mais o quadro da violência nas escolas e, conseqüentemente, na sociedade. Exemplo disso são as adoções de medidas improdutivas que acabam deixando lacunas na resolução do conflito entre os envolvidos. Nesse sentido, pensar o enfrentamento da violência entre pares a partir da EP implica comprometimento com uma educação pautada no respeito, na conscientização dos indivíduos quanto aos lugares que ocupam e podem ocupar na sociedade e, principalmente, na promoção da dialogicidade.

Sabendo que o conflito é inerente ao cotidiano escolar, bem como em toda a vivência social, é importante reforçar, no entanto, que a violência é uma construção social e que, portanto, não deve ser naturalizada no cotidiano das escolas. A EP, em seu sentido de valorização do ser singular e do coletivo, possui aportes que podem promover o enfrentamento da violência em ambientes escolares, de modo a consolidar uma cultura de paz ao utilizar

práticas de enfrentamento pautadas no diálogo, na intervenção efetiva e afetiva de professores e gestores e na valorização do protagonismo infanto-juvenil.

Com base no que foi exposto neste trabalho, entendemos que, para que o princípio da dialogicidade da EP seja, de fato, um instrumento na superação da intimidação entre pares, as escolas precisam pensar na desconstrução da cultura da violência, assim como desenvolver práticas restaurativas, como é o caso de ações inspiradas na comunicação não-violenta, de modo a incentivar a mobilização dos envolvidos e de todos os interessados para que soluções efetivas e não-violentas sejam planejadas coletivamente como forma de integrá-los e torná-los protagonistas na resolução do problema.

Referências

ABRAMOVAY, M. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ANDRADE, F. C. B. Educação popular na escola cidadã: em face da violência. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, João Pessoa. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2004. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/educacao-popular-na-escola-cidada-em-face-da-violencia>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BALOGH, I. R. S. Situações de bullying e cyberbullying protagonizando tragédias suicidas dentro e fora da escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 22, n. 234, p. 133-144, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/61218>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BANDEIRA, C. M.; HUTZ, C. S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 35-44, 2012. DOI 10.1590/S1413-85572012000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NbpMpgSfMS3xnpddKdzCphp/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOYADJIAN, E. S.; SALOMÓN, R. E. El etiquetamiento como forma de violencia simbólica. **Heterocronías**, Córdoba, v. 2, n. 2, p. 23-32, 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/heterocronias/article/view/31615>. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. B. Educação popular, escola e interculturalidade: aproximações e desafios. **Rizoma Freireano**, Xàtiva, n. 25, 2018. Disponível em: <http://www.rizoma-freireano.org/articles-2525/educacao-popular-escola-25>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CARVALHO, M. A.; BARROCO, S. M. S. A violência na educação: considerações de professores violentados. **Psicologia Escolar e Educacional**, Florianópolis, v. 25, 2021. DOI: 10.1590/2175-35392021223573. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/R7GPTsNSPb48HTH4PYnZXnR/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002. DOI: 10.1590/S1517-45222002000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?lang=pt#>. Acesso em: 5 ago. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GOMES, L. F.; SANZOVO, N. M. **Bullying e a prevenção da violência nas escolas: quebrando mitos, construindo verdades**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUIMARÃES, J. Dinâmicas interacionais do bullying entre meninas: explorando as tramas do aprendizado de gênero. **Ex aequo**, Lisboa, n. 38, p. 167-182, 2018. DOI: 10.22355/exaequo.2018.38.11. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/dinamicas-interacionais-do-bullying-entre-meninas>. Acesso em: 16 fev. 2023.

KAPPEL, V. B. et al. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 51, p. 723-735, 2014. DOI: 10.1590/1807-57622013.0882. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YwQZFRzqWqwGpQ6w47RcvLS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2022.

LIMA, E. L. A.; SANTOS, T. S.; LEITE, I. N. Formação docente para educação de jovens e adultos e educação popular na UFPB: contribuições do projeto PET/Conexões. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 77-95, 2021. DOI: 10.14393/REP-2021-54972. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/54972>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, 2006. DOI: 10.1590/S0021-75572005000700006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MATTOS, C. L. G.; COELHO, M. I. M. Violência na escola: reconstruindo e revisitando trajetórias e imagens de pesquisas produzidas no núcleo de etnografia em educação entre 1992 e 2007. *In*: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 195-219. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MEJÍA, M. R. Aprofundar na educação popular para construir uma globalização desde o sul. *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. p. 205-212. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 mar. 2023.

MEJÍA, M. R. La educación popular en el siglo XXI. Una resistencia intercultural desde el sur desde abajo. **Práxis e Saber**, Boyacá, v. 6, n. 12, p. 97-128, 2015. DOI: 10.19053/22160159.3765. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/praxis_saber/article/view/3765. Acesso em: 15 mar. 2023.

MELO NETO, J. F. Educação popular: uma ontologia. *In*: SCOCUGLIA, A. C. C.; MELO NETO, J. F. (org.). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999. p. 31-74.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010. DOI: 10.1590/S0103-166X2010000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PELIZZOLI, M. L. Introdução à comunicação não violenta (CNV): reflexões sobre fundamentos e métodos. *In*: PELIZZOLI, M. L. (org.). **Diálogo, mediação e cultura de paz**. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P.; KOLLER, S. H. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 403-408, 2009. DOI: 10.1590/S0102-37722009000300014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NmBtBm4XHGvgx8qVxVz5KZQ/?lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2023.

RIBOLLA, M. B.; FIAMENGI JÚNIOR, G. A. Adolescentes na escola: representações sociais sobre violência. **Psicologia Escolar e Educacional, Florianópolis**, v. 11, n. 1, p. 111-121, 2010. DOI: 10.1590/S1413-85572007000100011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/JdtShjnwfbmCYKpmmmdLyFjJ/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

RISTUM, M. Bullying escolar. *In*: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 95-119.

RIZZINI, I.; LIMONGI, N. S. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. **Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 33-42, 2016. DOI: 10.1590/1414-49802016.00100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5RR9C3rLNKKWKQTHYTz3LdS/?lang=pt>. Acesso em: 23 dez. 2022.

RODRIGUES, L. D. Como se conceitua educação popular. In: SCOCUGLIA, A. C. C.; MELO NETO, J. F. (org.). **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: EDUEPB, 1999. p. 11-30.

SANTOS, M. A. S. C. A comunicação não violenta como instrumento para uma cultura de paz: uma proposta para as escolas da rede estadual de Sergipe. **Ideias e Inovação**, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 89-102, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/5611>. Acesso em: 16 mar. 2023.

SALES, I. C. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando um debate). In: SCOCUGLIA, A. C. C.; MELO NETO, J. F. (org.). **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: EDUEPB, 1999. p. 111-122.

SALLES, L. M. F. *et al.* Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, n. 1, p. 148-157, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dDZWLtsDWckfn8xfG95VQBS/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SEBASTIÃO, J. Violência na escola: uma questão sociológica. **Interacções**, Santarém, v. 5, n. 13, p. 35-62, 2009. DOI: 10.25755/int.396. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/396>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SILVA, P. F. *et al.* Limites da consciência de professores a respeito dos processos de produção e redução do bullying. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 44-56, 2017. DOI: 10.1590/0103-656420150129. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gFCvzjXqYPHmzP6pFTkVF5f/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, I. G.; CRUZ, P. J. S. C.; FALCÃO, E. F. Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 247-261, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n1.44577. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/44577>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. DOI: 10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUZA, J. F. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da educação popular. In: SCOCUGLIA, A. C.; JEZINE, E. (org.). **Educação popular e movimentos sociais**. João Pessoa: EDUEPB, 2006. p. 59-76.

ZAINE, I.; REIS, M. J. D.; PADOVANI, R. C. Comportamentos de bullying e conflito com a lei. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 375-382, 2010. DOI: 10.1590/S0103-166X2010000300009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cYKgYcx3VWCHHhVhmkQ3mkF/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ZEQUINÃO, M. *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, 2016. DOI: 10.1590/S1517-9702201603138354. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tfsmpDFp9d73b75mLTPvVDR/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Submetido em 30 de março de 2023.

Aprovado em 3 de julho de 2023.